

# Daimler Mobility Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Starexport Trading S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Daimler Mobility Brasil Holding S.A. (nova denominação da Starexport Trading S.A.) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

### Base de consolidação

As entidades consideradas na consolidação das demonstrações financeiras são constituídas e domiciliadas no Brasil.

A sede da Daimler Mobility Brasil Holding S.A. está localizada na Avenida do Café, 277, na cidade de São Paulo.

A Daimler Mobility Brasil Holding S.A. tem por objetivo social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

A Daimler Mobility Brasil Holding S.A., tem investimento nas seguintes empresas:

Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. está organizado e autorizado a operar como Banco Múltiplo com as seguintes carteiras: (i) Arrendamento Mercantil; (ii) Crédito, Financiamento e Investimento; e, (iii) Investimento, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil. A Daimler Mobility Brasil Holding S.A. tem uma participação societária de 100% em 2020 (100% em 2019).

A Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. tem como objeto social a prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais, elaboração e execução de projetos, pesquisas de mercado e de opinião em geral, compra e venda de imóveis comerciais e residenciais, administração de imóveis próprios e de terceiros, arrendamento, exploração comercial, locação e sublocação de imóveis comerciais e residenciais e participações em outras sociedades. A Daimler Mobility Brasil Holding S.A. tem uma participação societária de 100% em 2020 (100% em 2019).

A Mercedes-Benz Administradora de Consórcios Ltda. administrava os grupos de consórcio iniciados em anos anteriores e não tem constituído novos grupos. Desde 2011,

a Administradora controla somente os recursos não procurados dos grupos encerrados. A Daimler Mobility Brasil Holding S.A. vendeu sua participação na Mercedes-Benz Administradora de Consórcios Ltda. em maio de 2020 (99,99% em 2019).

### Remuneração dos acionistas

Conforme estatuto social da Daimler Mobility Brasil Holding S.A., é assegurado aos acionistas o direito a um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido ajustado a ser pago anualmente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi distribuído aos acionistas dividendos no montante de R\$ 76.967, não houve distribuição de dividendos no exercício de 2019.

### Agradecimentos

Agradecemos o empenho, a confiança e a credibilidade e em especial aos nossos funcionários e colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossas atividades.

São Paulo, 17 de março de 2021

A Administração

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Nota	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
<i>(Em milhares de Reais)</i>				
Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos	–	–	1.255.574	1.214.057
Outras receitas de juros	603	1.045	12.518	4.961
Despesas com juros e similares	–	–	(655.613)	(639.953)
<b>Resultado líquido de juros e similares</b>	<b>603</b>	<b>1.045</b>	<b>612.479</b>	<b>579.065</b>
<b>Resultado líquido de comissões</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>42.906</b>	<b>40.038</b>
Receita líquida de comissões	–	–	45.009	42.814
Despesa com comissões	–	–	(2.103)	(2.776)
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>	<b>6</b>	<b>603</b>	<b>1.045</b>	<b>655.385</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>195.674</b>	<b>328.075</b>	<b>(338.494)</b>	<b>(207.021)</b>
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	7	–	(138.553)	22.214
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	–	–	–	1.790
Resultado de participação em controlada	194.666	314.205	–	–
Despesas de pessoal	8	–	(77.486)	(89.731)
Despesas gerais e administrativas	9	(384)	(574)	(111.261)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.392	14.444	(12.984)	(50.416)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>196.277</b>	<b>329.120</b>	<b>316.891</b>	<b>412.082</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(252)	(5.313)	(155.133)	(137.458)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(273)	264	33.994	49.447
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>195.752</b>	<b>324.071</b>	<b>195.752</b>	<b>324.071</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Nota	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
<i>(Em milhares de Reais)</i>				
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>195.752</b>	<b>324.071</b>	<b>195.752</b>	<b>324.071</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>(19.971)</b>	<b>3.288</b>	<b>(19.971)</b>	<b>3.288</b>
<b>i. não será reclassificado posteriormente para lucros ou perdas</b>	<b>(13.530)</b>	<b>4.659</b>	<b>(13.530)</b>	<b>4.659</b>
Outros resultados abrangentes	(13.530)	4.659	(13.530)	4.659
<b>ii. será ou poderá ser reclassificado posteriormente para lucros ou perdas</b>	<b>(6.441)</b>	<b>(1.371)</b>	<b>(6.441)</b>	<b>(1.371)</b>
<b>ii.i reclassificações para o resultado do período</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>ii.ii mudanças no valor justo</b>	<b>(6.441)</b>	<b>(1.371)</b>	<b>(6.441)</b>	<b>(1.371)</b>
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>(6.441)</b>	<b>(1.371)</b>	<b>(11.711)</b>	<b>(2.472)</b>
Outros resultados abrangentes de controladas	(6.441)	(1.371)	–	–
Títulos e valores mobiliários	–	–	(267)	65
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	(11.444)	(2.537)
<b>Efeito fiscal</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>5.270</b>	<b>1.101</b>
Títulos e valores mobiliários	–	–	120	(40)
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	5.150	1.141
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>175.781</b>	<b>327.359</b>	<b>175.781</b>	<b>327.359</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

Nota	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
<i>(Em milhares de Reais)</i>				
<b>Atividades operacionais</b>	<b>1.611</b>	<b>14.915</b>	<b>(135.347)</b>	<b>(144.143)</b>
<b>Lucro antes da tributação ajustado</b>	<b>194.666</b>	<b>(314.205)</b>	<b>(452.238)</b>	<b>(556.225)</b>
Resultado de participação em controlada	(194.666)	(314.205)	–	–
Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	–	–	159.641	10.657
Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros	–	–	(1.790)	(25.237)
Depreciação e amortização	–	–	2.575	2.086
Receita com atualizações de depósitos judiciais	–	–	(3.143)	(6.391)
Despesa com provisões e contingências	–	–	(7.530)	35.298
<i>Risk sharing agreement</i>	–	–	(7.470)	3.920
Juros incorridos sobre ativos financeiros	–	–	(1.267.929)	(1.218.336)
Juros incorridos sobre passivos financeiros	–	–	673.408	641.778
<b>Varição de ativos e passivos (Aumento) de ativos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(472.794)</b>	<b>(3.054.923)</b>
Redução/(Aumento) de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.635	(11.877)	(125.582)	18.799
Redução/(Aumento) de ativos fiscais	(230)	(2.159)	18.749	32.023
Redução/(Aumento) de outros ativos	97	(738)	51.424	42.667
Redução de ativos não financeiros mantidos para a venda	–	–	3.269	34.928
Aumento/(Redução) de passivos financeiros ao custo amortizado	–	–	358.042	2.511.931
Aumento/(Redução) de instrumentos financeiros derivativos	–	–	(4.639)	–
Aumento de provisões	(1.151)	(1.058)	(10.340)	(18.352)
Aumento de obrigações fiscais	62	1.917	(5.342)	9.239
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.378)	(201)	(139.827)	(105.271)
Aumento/(Redução) de outros passivos	78	266	4.114	24.469
Juros recebidos sobre ativos financeiros	–	–	1.457.084	1.237.956
Juros pagos sobre passivos financeiros	–	–	(662.946)	(580.027)
<b>Caixa líquido proveniente(aplicado) das atividades operacionais</b>	<b>5.724</b>	<b>1.065</b>	<b>335.865</b>	<b>9.296</b>
<b>Atividades de investimento</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(3.987)</b>	<b>(7.803)</b>
Aquisição de imobilizado	–	–	3.059	2.195
Aliquação de imobilizado de uso	–	–	–	–
Venda de participação de não controladores	(305)	–	–	–
Dividendos recebidos	73.346	8.375	–	–
<b>Caixa líquido (aplicado) das atividades de investimento</b>	<b>73.041</b>	<b>8.375</b>	<b>(928)</b>	<b>(5.608)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>	<b>(76.967)</b>	<b>(13.537)</b>	<b>(76.967)</b>	<b>(13.537)</b>
Pagamento de dividendos	(76.967)	(13.537)	(76.967)	(13.537)
<b>Caixa líquido proveniente(aplicado) das atividades de financiamento</b>	<b>(76.967)</b>	<b>(13.537)</b>	<b>(76.967)</b>	<b>(13.537)</b>
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.798</b>	<b>(4.097)</b>	<b>257.970</b>	<b>(9.849)</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	560	4.657	89.891	99.740
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	2.358	560	347.861	89.891
<b>Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.798</b>	<b>(4.097)</b>	<b>257.970</b>	<b>(9.849)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

**d. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para a venda**  
A entidade avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

### e. Provisões para ações judiciais

A política contábil da DMO Brasil para reconhecimento das provisões para ações judiciais está descrita na nota explicativa nº 4.

Nota	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
<i>(Em milhares de Reais)</i>				
<b>Passivo</b>	<b>1.970</b>	<b>5.421</b>	<b>6.450.737</b>	<b>6.655.564</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>6.173.789</b>	<b>6.397.757</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>6.163.007</b>	<b>6.393.761</b>
Ao custo amortizado	–	–	2.946.771	4.768.975
Depósitos	20	–	–	–
Obrigações por empréstimos e repasses	21	–	–	1.135.209
Títulos de dívidas emitidos	22	–	–	2.081.027
Instrumentos financeiros derivativos	13	–	–	10.782
<b>Obrigações fiscais</b>	<b>25</b>	<b>254</b>	<b>5.318</b>	<b>159.454</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	–	254	5.318	159.454
<b>Outros passivos</b>	<b>24</b>	<b>1.716</b>	<b>103</b>	<b>117.494</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.225</b>	<b>4.911</b>	<b>4.984.807</b>	<b>4.403.863</b>
<b>Passivos financeiros</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>4.719.060</b>	<b>4.115.183</b>
Ao custo amortizado	–	–	4.701.686	4.115.183
Depósitos	20	–	–	2.425.623
Obrigações por empréstimos e repasses	21	–	–	1.473.563
Títulos de dívidas emitidos	22	–	–	802.500
Instrumentos financeiros derivativos	13	–	–	17.374
<b>Provisões</b>	<b>23</b>	<b>2.225</b>	<b>3.376</b>	<b>264.430</b>
<b>Obrigações fiscais</b>	<b>25</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.317</b>
Imposto de renda e contribuição social - diferido	–	–	1.317	3.747
<b>Outros passivos</b>	<b>24</b>	<b>–</b>	<b>1.535</b>	<b>–</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>4.195</b>	<b>10.332</b>	<b>11.435.544</b>	<b>11.059.427</b>
<b>Patrimônio líquido atribuído aos controladores</b>	<b>26</b>	<b>2.143.188</b>	<b>2.030.844</b>	<b>2.030.844</b>
Capital social	1.353.742	1.353.742	1.353.742	1.353.742
Reservas	797.123	664.808	797.123	664.808
Ajustes de avaliação patrimonial	(7.677)	12.294	(7.677)	12.294
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.143.188</b>	<b>2.030.844</b>	<b>2.143.188</b>	<b>2.030.844</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>2.147.383</b>	<b>2.041.176</b>	<b>13.578.732</b>	<b>13.090.271</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Capital social		Reserva de capital		Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Resultados acumulados não apropriados	
	2020	2019	2020	2019	Legal	Especial	2020	2019	Total	
<i>(Em milhares de Reais)</i>										
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>1.353.742</b>	<b>15.213</b>	<b>20.557</b>	<b>304.967</b>	<b>9.006</b>	<b>3.288</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.703.485</b>	<b>–</b>
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	3.288	–
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	–	–	–	324.071	324.071
Destinações:	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	–	16.204	–	–	–	–	–	(16.204)	–
Reserva especial	–	–	–	307.867	–	–	–	–	(307.867)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.353.742</b>	<b>15.213</b>	<b>36.761</b>	<b>612.834</b>	<b>12.294</b>	<b>3.288</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>2.030.844</b>	<b>–</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>16.204</b>	<b>307.867</b>	<b>3.288</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>327.359</b>	<b>–</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>1.353.742</b>	<b>15.213</b>	<b>36.761</b>	<b>612.834</b>	<b>12.294</b>	<b>3.288</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>2.030.844</b>	<b>–</b>
Outros resultados abrangentes	–	–	–	13.530	–	–	–	–	(6.441)	–
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	–	–	–	195.752	195.752
Destinações:	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Reserva legal	–	–	9.788	–	–	–	–	–	(9.788)	–
Reserva especial	–	–	–	185.964	–	–	–	–	(185.964)	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	(76.967)	–	–	–	–	(76.967)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.353.742</b>	<b>15.213</b>	<b>46.549</b>	<b>735.361</b>	<b>(7.677)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>2.143.188</b>	<b>–</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>9.788</b>	<b>122.527</b>	<b>(19.971)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>112.344</b>	<b>–</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Daimler Mobility Brasil Holding S.A. ("DMO Brasil") tem por objetivo social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. A empresa é sediada na cidade de São Paulo - SP na Avenida do Café, nº 277, 5º e 6º andares. Sua controladora final é a Daimler AG, situada em Stuttgart - Baden-Württemberg na Alemanha.

As Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram autorizadas para emissão conforme aprovação da Administração em 17 de março de 2021.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### a. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da DMO Brasil, composta pelas empresas descritas no item c. desse capítulo, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) e as interpretações IFRIC, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, a DMO Brasil utilizou as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4.

#### b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$). Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

#### c. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as posições patrimoniais e financeiras e os resultados das companhias:

Controlada	Denominação	Participação		Observação
		2020	2019	
Controlada-Direta	Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A.	100%	100%	Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
Controlada-Direta	Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda.	99,99%	99,99%	Empresa não-financeira Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
Controlada-Indireta	Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	0%	99,99%	Autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil
Controlada-Indireta	Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda.	100%		

# Daimler Mobility Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Starexport Trading S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

As provisões são passivos gerados no passado e que possuem um valor ou um prazo incerto. São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando for considerado provável o risco de perda, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Passivo contingente é uma possível obrigação gerada por eventos passados, mas que somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração, ou uma obrigação presente de eventos passados que não foi reconhecida por não ser provável um fluxo financeiro de saída de recursos que incorporem os benefícios econômicos exigidos para liquidar a obrigação, ou o valor dessa obrigação não pode ser mensurado com confiabilidade. Portanto, uma provisão não é reconhecida nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgada.

A realização de ativos contingentes será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não podem ser totalmente controlados pela Administração. Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de decisão transitada em julgado em última instância.

#### 4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### a. Conversão de moeda estrangeira

Transações e saldos em moeda estrangeira - As transações originalmente denominadas ou a serem liquidadas em moeda estrangeira são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira pela taxa de câmbio na data do balanço são reconhecidos no resultado.

##### b. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são representados por contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Disponibilidades e pelas Aplicações em Depósitos Interfinanceiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

##### c. Instrumentos financeiros derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor justo por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de spread de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações nas taxas de juros de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e estão classificados, de acordo com a sua natureza, na categoria de *hedge* de fluxo de caixa. Nesta categoria são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição.

Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que forem descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido será reconhecida de forma linear no resultado pelo período a decorrer da operação.

##### d. Ativos e Passivos Financeiros

###### (i) Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, o Conglomerado passou a aplicar o CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros e classificar seus ativos financeiros nas seguintes categorias de mensuração:

- Custo Amortizado;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes;
- Valor Justo por meio do Resultado.

**Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado caso seja mantido em um modelo de negócio cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais dêem origem a fluxos de caixa que sejam pagamentos somente de principal e juros.

**Valor justo por meio de outros resultados abrangentes** - Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio de outros resultados abrangentes caso ele satisfaça ao critério de somente principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro.

**Valor justo por meio do resultado** - Todos os outros ativos financeiros são classificados ao Valor Justo por meio do Resultado. Além disso, uma entidade pode, no reconhecimento inicial, designar de maneira irrevogável um ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, ela elimina ou reduz significativamente um descasamento contábil que surgiria de outro modo.

###### (ii) Provisão para Perda de Crédito Esperada

A perda de crédito esperada é mensurada através do cálculo do valor presente de todos os deficits esperados ao longo da vida de um instrumento financeiro. O deficit aqui utilizado é relacionado à diferença entre os valores de fluxo de caixa contratuais e os fluxos de caixa que o Banco espera receber. Uma vez que a perda de crédito esperada considera tanto o montante pago como o momento do pagamento, a perda de crédito esperada ocorre mesmo se o Banco e a Leasing esperam serem pagos integralmente, mas com atrasos com relação ao prazo contratualmente acordado.

A perda de crédito esperada é descontada à taxa original efetiva do instrumento financeiro com exceção dos instrumentos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito, os quais são descontados à uma taxa de juros efetiva ajustada determinada em seu reconhecimento inicial.

A mensuração da perda de crédito esperada e dos deficits de fluxo de caixa esperados também levam em consideração os valores de garantias dos ativos financeiros e qualquer outro fator/cláusula adicional ao crédito que fazem parte dos termos contratuais. Assim, são incluídos no cálculo de perda esperada os valores de fluxo de caixas referentes à monetização das garantias estabelecidas, tal como os custos de sua obtenção e seus valores de venda.

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a perda de crédito esperada deve ser mensurada de maneira a refletir:

- Estimativa de probabilidade de perda ponderada e não enviesada;
- Valor temporal do dinheiro; e
- Toda informação razoável e suportável (se disponível sem custo ou esforços indevidos) na data de mensuração sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

O Banco e a Leasing, portanto, calculam a perda esperada através da média ponderada das perdas de crédito esperadas por toda a vida do ativo financeiro com seus respectivos riscos de “*default*” utilizados como peso para a ponderação.

Para refletir os riscos de “*default*” são utilizados dois índices principais com diferentes metodologias e projeções internas: a probabilidade da perda e a severidade de perda. Ambos os índices são construídos através de **informações prospectivas** e públicas sobre os ativos financeiros tal como o comportamento histórico de migração de contratos entre as diferentes faixas de inadimplência e suas respectivas perdas, recuperação histórica e esperada das possíveis perdas, garantias, determinação de critérios para aumento ou redução significativa de risco de crédito, cenários macroeconômicos e qualquer outra informação relevante para determinação da perda esperada.

O impacto **macroeconômico** ainda possui um fator de escala utilizado pelo Banco e pela Leasing na mensuração da perda esperada denominado “*Future Expectation*” (FE). O fator de ajuste é determinado através da observação dos dados macroeconômicos existentes e suas projeções a fim de refletir as condições atuais e informações de crédito em relação a eventos futuros. Tal fator é revisado pela Administração em períodos trimestrais.

A partir de sua mensuração, o modelo de perda esperada demanda a classificação do ativo financeiro em três estágios, os quais são definidos da seguinte maneira:

**Estágio 1:** Nenhuma deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada de 12 meses).

**Estágio 2:** Deterioração significativa da qualidade de crédito desde a data inicial de reconhecimento (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação).

**Estágio 3:** Evidência objetiva de prejuízo, ou seja, ativos com problemas de recuperação (aplicação de perda de crédito esperada ao longo da vida da operação). Clientes específicos de alçadas de crédito mais elevadas considerados problemáticos são diretamente classificados nesse estágio.

Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1.

**Aumento significativo no risco de crédito:** O Banco e a Leasing avaliam diversos fatores e premissas para determinar se existe um aumento significativo no risco de crédito, tal como deterioração do fluxo de caixa do cliente, aumento da inadimplência, atrasos recorrentes, contraparte, reestruturações de crédito, etc. Além de fatores subjetivos, o Banco e a Leasing adotam como premissas mínimas e objetivas para classificação e transição entre os estágios:

**Estágio 1:** Inclui todos os contratos sem deterioração significativa da qualidade de crédito, ou seja, novos ativos financeiros ou ativos que possuam menos de 31 dias de atraso. Dessa forma, todos os ativos financeiros são inicialmente alocados nesse estágio.

**Estágio 1 para Estágio 2:** Ativos financeiros que demonstrem deterioração significativa de sua qualidade de crédito são alocados no Estágio 2. A deterioração significativa de crédito é definida como:

- Atrasos iguais ou superiores a 31 dias;
- Aumento significativo no risco de “*default*” (probabilidade de perda esperada); e
- Aumento significativo das taxas de perda.

**Estágio 2 para Estágio 3:** Ativos financeiros com evidência objetiva de prejuízo/dificuldade de recuperação devem ser alocados no Estágio 3. A evidência objetiva de

prejuízo de um ativo financeiro e de sua dificuldade de recuperação é definida como:

- Significativa dificuldade financeira do emitente ou mutuário;
- Violação de cláusulas ou termos de contrato;
- Violação dos termos de garantia acordados por parte dos avalistas;
- Probabilidade crescente de falência ou outra reorganização financeira por parte do mutuário;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o ativo financeiro devido a dificuldades financeiras;
- Compra ou origem de um ativo financeiro com desconto significativo que reflita em perdas de crédito incorridas;
- Atrasos iguais ou superiores a 91 dias ou 61 dias para clientes/operações individualmente relevantes;
- Operações de crédito reestruturadas.

A mensuração das perdas no valor recuperável dos ativos deve ser realizada de modo a segregar as operações/clientes individualmente relevantes e aquelas individualmente não relevantes que possuam similaridades de modo a serem avaliadas coletivamente. A revisão dos ativos financeiros individualmente relevantes é realizada mensalmente pela Administração, ou mais frequentemente quando circunstâncias individuais assim o exigirem. Provisões para redução ao valor recuperável sobre contas individualmente avaliadas são determinadas através de uma avaliação caso a caso das perdas nos fluxos de caixa originalmente esperados em comparação ao novo fluxo de caixa da operação esperado na data do balanço. Esta avaliação inclui as garantias (incluindo as prováveis despesas decorrentes de todo processo até a execução das garantias) e os recebimentos.

##### (iii) Compensação de instrumentos financeiros

Quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e uma intenção de realizá-los numa base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente os ativos e passivos financeiros são compensados e é apresentado no balanço patrimonial o valor líquido. Não há compensação de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

##### (iv) Operações de crédito renegociadas

A Administração considera como eventos de renegociação, qualquer alteração contratual (prazo, fluxo, desconto, etc.) ocasionada devido a uma dificuldade de pagamento por parte do cliente, sendo estes eventos indicativos de perda no valor recuperável dos ativos. A partir destes eventos as operações são classificadas como Estágio 3 e, nos fluxos financeiros esperados, passam a ser considerados eventuais custos legais e do processo de recuperação. Embora os mesmos não sejam considerados como vencidos, sua provisão é calculada com base na comparação do fluxo financeiro originalmente pretendido e o novo fluxo financeiro afetado pelo evento de perda identificado e considerando todas as garantias.

##### (v) Baixa de instrumentos financeiros

Ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais do recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios.

A totalidade ou a parte de um ativo financeiro, é baixada contra a respectiva perda de crédito esperada quando não há expectativa razoável de recuperação. Esses créditos são baixados após a finalização de todos os procedimentos necessários de recuperação para a determinação do valor da perda. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na demonstração do resultado. O Grupo Financeiro Mercedes-Benz avalia o controle do instrumento, a fim de assegurar seu envolvimento contínuo ou ativo.

##### (vi) Reclassificação de ativos financeiros

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a reclassificação de ativos financeiros é exigida caso o modelo de negócios no qual são mantidos mude após o reconhecimento inicial, e caso a mudança seja significativa para as operações da entidade.

Não há reclassificações nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

##### (vii) Classificação e Mensuração de Passivos Financeiros

Depósitos de instituições financeiras e de clientes, obrigações por empréstimos e repasses e títulos de dívidas emitidos são mensurados pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros, a qual desconta os pagamentos futuros estimados ao longo da existência do instrumento. O cálculo da taxa efetiva inclui todas as despesas e receitas incrementais associadas ao instrumento financeiro. As despesas de juros correspondentes destes instrumentos financeiros são incluídas na demonstração consolidada do resultado na rubrica de despesas com juros e similares.

##### e. Ativos tangíveis

Os itens do ativo imobilizado são demonstrados ao custo, subtraindo-se a depreciação acumulada e eventuais perdas no valor recuperável. A depreciação é efetuada de modo a reconhecer o custo, menos o valor residual estimado de cada ativo. Ela é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- Móveis e equipamentos de uso - 10%
- Sistema de processamento de dados (equipamento) - 20%
- Sistemas de comunicação - 10%
- Sistemas de transporte - 20%
- Instalações - 10%

Os custos subsequentes são adicionados ao valor contábil do ativo ou reconhecidos como outro ativo, dependendo do caso, somente quando houver probabilidade de que serão gerados benefícios econômicos futuros associados ao ativo. São reconhecidos no resultado do período em que são incorridas todas as despesas relativas à manutenção e reparo.

Ao final de cada exercício os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso seja apropriado.

##### f. Ativos intangíveis e ágio

Os ativos intangíveis são constituídos por aquisição de licença de direito de uso de softwares e cujas amortizações são efetuadas às taxas de 20% ao ano, que consideram o prazo de vida útil dos ativos. O ágio na Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda. é proveniente da aquisição da Mercedes-Benz Corretora de Seguros Ltda. no ano de 2009 e foi baseado em laudo de avaliação de empresa especializada que utilizou como base de cálculo expectativa de rentabilidade baseado em projeção de resultado de exercícios futuros.

##### (i) Redução no valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, a empresa tem como prática a revisão quanto a eventos ou circunstâncias que indicam que o valor contábil de um ativo não-financeiro pode ser irrecuperável. Essa revisão ocorre ao menos anualmente, mas caso ocorram eventos ou mudanças que indiquem uma possível perda de valor recuperável, este teste pode ser efetuado com maior frequência. Na existência de alguma indicação de perda, deve ser calculado o valor recuperável deste ativo.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros deve ser reconhecida como perda quando o valor contábil do ativo for maior do que o valor recuperável. As perdas por “*impairment*” deverão ser registradas no resultado do período em que foram identificadas.

##### g. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A provisão para imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 mil ao ano. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da Daimler Mobility Brasil é calculada à alíquota de 15%. Para as empresas Banco e Leasing é calculada à alíquota de 15% até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018, e para a Corretora e Assessoria é utilizado 9%, sendo que, em ambos os casos, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

São reconhecidas as despesas de IRPJ e CSLL na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação registrada diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil nas Demonstrações Financeiras. O ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que for provável que haverá lucros tributários futuros para compensação com essas diferenças.

Os impostos correntes e diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos como benefício ou despesa de imposto de renda na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de CSLL e adições temporárias, são registrados na rubrica ativo fiscal diferido, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica passivo fiscal diferido. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

##### h. Valor justo

Para mensuração do valor justo e critérios de hierarquia, a empresa utiliza premissas de acordo com cada tipo de instrumento financeiro e através de dados disponíveis no mercado. As informações detalhadas estão disponíveis na nota explicativa nº 11.

##### i. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda e reconhecidos na rubrica Outros Ativos no ativo circulante, os bens retomados por execução de garantias prestadas em operações de créditos não performadas cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a “*impairment*”. A perda por “*impairment*” é reconhecida no resultado e podem ser revertidas.

##### j. Operações de arrendamento

É incluído na conta empréstimos e recebíveis o investimento líquido em arrendamentos financeiros; já as receitas brutas no prazo do arrendamento são reconhecidas de modo a gerar uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido. Os pagamentos a receber são apresentados na rubrica operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro. Os custos diretos de arrendamentos são incorporados ao valor do reconhecimento inicial do ativo.

O risco de valor residual ocorre devido à incerteza do valor de um ativo ao fim do prazo do contrato. Ao longo da vida do ativo, seu valor residual irá variar devido às incertezas do mercado futuro, a mudanças tecnológicas ou inovações em produtos e a condições econômicas em geral.

Os valores residuais são definidos no início do contrato de arrendamento com base nas

expectativas da Administração de valores futuros. Durante o prazo do arrendamento, os valores residuais são revisados anualmente, de modo a identificar qualquer possível redução no valor recuperável. Qualquer redução no valor residual que resulte em uma redução no valor recuperável de um ativo é reconhecida imediatamente.

##### k. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando for provável haver necessidade de recursos econômicos para liquidar uma obrigação legal atual ou construtiva, como resultado de eventos passados, e o valor da obrigação puder ser estimado de maneira confiável.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados conforme a seguir:

**(i) ativos contingentes** - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

**(ii) provisões** - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

**(iii) passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação;

**(iv) obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal;

**(v) depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes.

##### l. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto por capital social, reservas de capital, reservas de lucros e prejuízos acumulados. O capital social e as reservas estão detalhados na nota explicativa nº 26. O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os dividendos sobre ações são reconhecidos no momento em que são aprovados pela Assembleia Geral.

##### m. Receita e despesa líquida de juros e similares

São reconhecidas na demonstração individual e consolidada do resultado as receitas e despesas de juros e similares sobre ativos e passivos financeiros utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar receitas ou despesas de juros no respectivo período.

A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Grupo Financeiro Mercedes-Benz estima os fluxos de caixa, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuro. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e os outros prêmios ou descontos.

A Administração utiliza o mecanismo de *stop accrual* sobre o reconhecimento de receita quando há evidência objetiva de perda.

##### n. Receitas e despesas de taxas e comissões

O Banco auferre receita de serviços e comissões por meio de diversos tipos de serviços que fornece aos seus clientes. Taxas auferidas com a prestação de serviços são apropriadas ao longo do mesmo período em que os serviços são prestados. O reconhecimento de receitas de serviços providas de contratos com clientes é reconhecido de acordo com os princípios descritos no CPC 47 (IFRS 15), pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas ou despesas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo CPC 47 (IFRS 15) e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do CPC 48 (IFRS 9), de forma diferida no resultado pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

##### o. Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Na rubrica resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são contabilizados os ganhos e perdas realizados e não realizados provenientes do ajuste do valor justo e o resultado relacionado à negociação de referidos ativos financeiros.

A baixa de passivos financeiros é feita quando há a extinção deles, quando é realizado o pagamento, seu cancelamento ou há a sua expiração.

## 5. NOVOS PRONCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONCIAMENTOS EXISTENTES

### a. Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Período Findo em 31 de dezembro de 2020

**Estrutura Conceitual (Conceptual Framework)** - As principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não houve impactos para as Demonstrações Financeiras da DMO BR.

**Alterações no CPC 48 (IFRS 9)** - Instrumentos Financeiros, IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Devido à reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado - IBOR (*Interbank Offered Rate*), que será finalizada em períodos futuros, poderá haver incertezas nas avaliações das estruturas de *Hedge Accounting*. As alterações normativas visam minimizar eventuais impactos nessas estruturas no cenário atual de pré-substituição de taxas. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não foram identificados impactos para as Demonstrações Financeiras da DMO BR.

**Alterações no CPC 06 (IFRS 16)** - Arrendamentos: Expediente prático que permite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de junho de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. A DMO BR optou por não utilizar a exceção oriunda da norma e, desta forma, não houve impactos para as Demonstrações Financeiras da DMO BR.

**b. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor em períodos após a data destas demonstrações financeiras em IFRS e não foram adotados antecipadamente:

**Interest Rate Benchmark Reform (IBOR Reform) Fase II** - Alterações no CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro, CPC 40 (IFRS 7) - Instrumentos Financeiros: Divulgações, CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros, CPC 06 (IFRS 16) - Arrendamentos e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Fase II da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR). As alterações resumem-se em:

- Modificação de ativos e passivos financeiros: Expediente prático que permite substituir, como consequência da reforma, a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente, sem desreconhecimento do contrato;
- *Hedge accounting*: Fim das isenções para avaliação da efetividade dos relacionamentos de *hedge* (Fase I) com o reconhecimento em resultado da parcela inefetiva, criação de subcarteiras para segregação dos contratos com as taxas alteradas para *hedges* de grupo de itens, prazo de 24 meses para identificação e segregação de novo risco baseado na alteração das taxas de juros, e atualizações nas documentações de *hedge*;
- Divulgação: Requerimentos sobre a divulgação dos riscos em que a entidade está exposta pela reforma, o gerenciamento deste risco e da evolução da transição das IBORs.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2021 e não há impactos para as Demonstrações Financeiras da DMO BR.

**CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de Seguro**: O pronunciamento substitui o CPC 11 (IFRS 4) - Contratos de Seguro e apresenta três abordagens para avaliação: Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;

- *Premium Allocation Approach* (PAA): aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
- *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos. Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:
  - Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
  - Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
  - Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
  - Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023 e não há impactos para as Demonstrações Financeiras da DMO BR.

continua

# Daimler Mobility Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Starexport Trading S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### 6. LUCRO BRUTO

	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
<b>Receita de juros calculada pelo método de juros efetivos</b>	-	-	<b>1.255.574</b>	<b>1.214.057</b>
Empréstimos e recebíveis	-	-	1.255.574	1.214.057
<b>Outras receitas de juros</b>	<b>603</b>	<b>1.045</b>	<b>12.518</b>	<b>4.961</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	603	1.045	12.518	4.961
<b>Despesas com juros e similares</b>	-	-	<b>(655.613)</b>	<b>(639.953)</b>
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	(258.225)	(323.950)
Despesas com depósitos	-	-	(336.455)	(270.822)
Despesas com letras financeiras subordinadas	-	-	(43.578)	(43.722)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(17.355)	(1.459)
<b>Resultado líquido de comissões</b>	-	-	<b>42.906</b>	<b>40.038</b>
Receitas com comissões sobre venda de seguros	-	-	48.167	49.057
Despesa com comissões sobre venda de seguros	-	-	(2.103)	(2.776)
Impostos incidentes (ISS, PIS e COFINS)	-	-	(3.158)	(6.243)
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>	<b>603</b>	<b>1.045</b>	<b>655.385</b>	<b>619.103</b>

### 7. RESULTADO COM PERDAS POR IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
(Constituição) de impairment sobre operações de liquidação duvidosa	(159.641)	(10.657)	-	-
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	21.088	32.871	-	-
<b>Total</b>	<b>(138.553)</b>	<b>22.214</b>	-	-

### 8. DESPESAS DE PESSOAL

	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Proventos	(47.206)	(57.587)	-	-
Encargos sociais	(18.079)	(19.250)	-	-
Outros benefícios dos funcionários	(11.547)	(10.950)	-	-
Treinamento	(357)	(1.701)	-	-
Remuneração de estagiários	(295)	(243)	-	-
<b>Total</b>	<b>(77.486)</b>	<b>(89.731)</b>	-	-

### 9. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
Despesas de serviços de terceiros	(1)	(121)	(33.459)	(36.833)
Despesas de serviços técnicos especializados	(106)	(224)	(17.788)	(19.729)
Despesas de processamento de dados	-	(16)	(16.427)	(12.735)
Despesa de comissão de fiança	-	(4)	(8.837)	(5.619)
Despesas de gravame	-	-	(6.853)	(7.802)
Despesas de aluguel	-	-	(5.056)	(4.395)
Despesa de remarketing	-	-	(3.191)	(5.222)
Despesas com depreciação e amortização	-	-	(2.574)	(2.086)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(11)	-	(2.042)	(2.139)
Despesas de promoções e relações públicas	-	-	(1.810)	(2.690)
Despesas de comunicações	-	-	(1.294)	(2.099)
Despesa de notificação, emolumentos e cartorárias	-	-	(1.261)	(1.173)
Despesas de seguros	-	-	(1.096)	(478)
Despesas de propaganda e publicidade	(261)	(97)	(932)	(922)
Despesas de viagem	-	-	(185)	(1.777)
Outras despesas administrativas	(5)	(112)	(8.456)	(8.626)
<b>Total</b>	<b>(384)</b>	<b>(574)</b>	<b>(111.261)</b>	<b>(114.325)</b>

### 10. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
Despesas tributárias	(31)	(58)	(32.757)	(30.532)
Despesa com provisões de contingências	(26)	(1.048)	(20.313)	(49.435)
Reversão com provisões de contingências	115	75	27.932	13.164
Prejuízo na venda de ativos não correntes mantidos para a venda	-	-	(7.731)	(7.386)
Risk sharing agreement	-	-	7.470	(3.920)
Atualizações de depósitos judiciais	14	1.591	3.157	7.982
Lucro na venda de investimento em controlada	989	-	989	-
Receita com levantamento de depósitos judiciais	-	-	14.475	14.475
Outras receitas operacionais	331	(591)	8.269	5.236
<b>Total</b>	<b>1.392</b>	<b>14.444</b>	<b>(12.984)</b>	<b>(50.416)</b>

Em 18 de março de 2019 foi firmado instrumento particular para venda de quotas da Mercedes-Benz Administradora de Consórcios Ltda. entre a DMO BR e empresa não participante do Grupo Daimler, o processo de venda foi finalizado em maio de 2020 com o recebimento de R\$ 684 e o reconhecimento de lucro pela venda no montante de R\$ 989 e a respectiva baixa do investimento no montante de R\$ 305 (Nota 16).

### 11. VALOR JUSTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### a. Determinação do valor justo e hierarquia do valor justo

O Grupo Financeiro Mercedes-Benz utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	2020				
	Individuais	Consolidadas			
	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos</b>	<b>16.836</b>	<b>16.836</b>	<b>169.503</b>	<b>243.969</b>	<b>413.472</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	222.528	222.528
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	16.836	16.836	169.503	21.441	190.944
<b>Passivos</b>	-	-	-	<b>(28.156)</b>	<b>(28.156)</b>
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(28.156)	(28.156)

	2019				
	Individuais	Consolidadas			
	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ativos</b>	<b>27.471</b>	<b>27.471</b>	<b>645</b>	<b>66.487</b>	<b>67.132</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	6.001	6.001
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	27.471	27.471	645	60.486	61.131
<b>Passivos</b>	-	-	-	<b>(3.996)</b>	<b>(3.996)</b>
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(3.996)	(3.996)

Não houve transferências de ativos ou passivos financeiros entre os níveis no período. As técnicas de valorização incorporam estimativas sobre as premissas que um participante de mercado utilizaria para valorizar os instrumentos.

#### b. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes resultados abrangentes são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) ativos financeiros ao custo amortizado ou (b) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As metodologias adotadas para definição do valor de mercado visam atualizar os ativos, integrantes da carteira, por uma estimativa mais próxima possível dos valores praticados no mercado financeiro. O preço de mercado é obtido através de desconto de fluxos de amortizações e pagamentos de juros futuros com taxas e cotações divulgadas pela ANBIMA e B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

#### c. Valor justo

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros do Grupo.

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>	<b>19.194</b>	<b>19.194</b>	<b>28.031</b>	<b>28.031</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2.358	2.358	560	560
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	16.836	16.836	27.471	27.471
<b>Total</b>	<b>19.194</b>	<b>19.194</b>	<b>28.031</b>	<b>28.031</b>

	2020		2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>	<b>13.364.386</b>	<b>13.725.829</b>	<b>12.783.522</b>	<b>13.392.796</b>
Caixa e equivalentes de caixa	347.861	347.861	89.891	89.891
Ativos financeiros ao custo amortizado	12.825.581	13.187.024	12.633.145	13.242.419
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	190.944	190.944	60.486	60.486
<b>Passivos financeiros</b>	<b>(10.892.849)</b>	<b>(10.892.849)</b>	<b>(10.512.940)</b>	<b>(10.512.940)</b>
Depósitos	(5.372.394)	(5.372.394)	(7.132.523)	(7.132.523)
Obrigações por empréstimos e repasses	(2.608.772)	(2.608.772)	(3.056.339)	(3.056.339)
Títulos de dívidas emitidos	(2.883.527)	(2.883.527)	(320.082)	(320.082)
Instrumentos financeiros derivativos	(28.156)	(28.156)	(3.996)	(3.996)
<b>Total</b>	<b>2.471.537</b>	<b>2.832.980</b>	<b>2.270.582</b>	<b>2.879.856</b>

Os montantes de valor justo apresentados no quadro acima representam as melhores estimativas do Grupo Financeiro Mercedes-Benz baseadas em uma série de metodologias e premissas. Em geral, o valor contábil de instrumentos financeiros de curto prazo não contabilizados a valor justo, incluindo valores a pagar e/ou a receber gerados no curso normal do negócio, se aproximam do valor justo, considerando o período relativamente curto entre sua origem e expectativa de realização. O valor justo da rubrica Empréstimos e recebíveis é apurado através do cálculo do valor presente do fluxo financeiro futuro da carteira de operações de crédito na data-base de fechamento. A taxa utilizada para o cálculo corresponde à taxa média contratada nas operações concedidas no mês de fechamento do exercício. Para depósitos de instituições financeiras, de clientes e títulos de dívida emitidos, o valor justo dos recursos a taxas fixas com vencimentos preestabelecidos foi calculado mediante os fluxos de caixa descontados nas condições contratuais e às taxas de títulos

prefixados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão na data-base de balanço. Para os recursos a taxas variáveis, o valor justo foi considerado aproximadamente equivalente ao valor contábil.

Quanto a obrigações por empréstimos e repasses, os valores justos foram calculados mediante os fluxos de caixa descontados pelas taxas médias de funding do portfólio.

### 12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
Disponibilidades	2.358	560	125.333	83.890
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	222.528	6.001
<b>Total</b>	<b>2.358</b>	<b>560</b>	<b>347.861</b>	<b>89.891</b>

Referem-se a ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

### 13. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO E POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

#### a. Composição de títulos e valores mobiliários por meio do resultado

Título	Individuais		Consolidadas		
	2020	2019	2020	2019	
<b>Certificado de Depósito Bancário</b>	<b>Até 90 dias</b>	-	3.859	6.224	4.963
	91 a 180 dias	5.069	7.246	15.196	7.246
	181 a 360 dias	11.767	-	-	7.133
	Maior que 360 dias	-	16.366	-	-
<b>Certificado de Depósito Interbancário</b>	91 a 180 dias	-	-	-	41.144
<b>Letras Financeiras do Tesouro</b>	Maior que 360 dias	-	-	168.858	-
<b>Fundo Garantidor para Investimentos - FGI</b>	Sem vencimento	-	-	666	645
<b>Total</b>		<b>16.836</b>	<b>27.471</b>	<b>190.944</b>	<b>61.131</b>

### 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Grupo Financeiro Mercedes-Benz, através do Banco, se utiliza de instrumentos a. Composição da carteira de derivativos

#### Hedge de fluxo de caixa

Para proteger os fluxos de caixa futuros contra a exposição ao risco de variações na taxa de juros variável (CDI), o Banco adquiriu contrato de swap no mercado de balcão, registrado na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

	Local de negociação	2020			2019				
		Valor de referência	Valor contratual	Valor justo	Ajuste ao valor justo	Valor de referência	Valor contratual	Valor justo	Ajuste ao valor justo
<b>Swap</b>									
Posição Ativa - DI		3.017.000	3.040.400	3.048.740	8.340	300.000	310.103	310.103	-
Posição Passiva - Pré	Balcão - Instituições financeiras	(3.017.000)	(3.054.575)	(3.076.896)	(22.321)	(300.000)	(311.562)	(314.099)	(2.537)
<b>Diferencial a pagar</b>		-	<b>(14.175)</b>	<b>(28.156)</b>	<b>(13.981)</b>	-	<b>(1.459)</b>	<b>(3.996)</b>	<b>(2.537)</b>

	2020			2019		
	Até 90 dias	90 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Total
<b>Vencimento em dias</b>	<b>Até 90</b>	<b>90 a 180</b>	<b>181 a 360</b>	<b>Acima de 360</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Total</b>
Swap - Diferencial a pagar	(3.771)	(3.035)	(3.976)	(17.374)	(28.156)	-

	2020			2019		
	Até 90 dias	90 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Total
<b>Vencimento em dias</b>	<b>Até 90</b>	<b>90 a 180</b>	<b>181 a 360</b>	<b>Acima de 360</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Total</b>
Swap - Diferencial a pagar	-	(3.996)	-	-	(3.996)	-

### 15. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

#### a. Composição da carteira

	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	12.825.581	12.633.145	-	-
Operações de crédito	12.638.377	12.408.241	-	-
Operações de arrendamento	-	-	147.351	190.751
Operações de crédito com ligadas <sup>1</sup>	-	-	39.853	34.153
<b>(-) Provisão para perda esperada</b>	<b>(522.277)</b>	<b>(406.780)</b>	-	-
Operações de crédito	(515.301)	(402.477)	-	-
Operações de arrendamento	(6.976)	(4.303)	-	-
<b>Total de ativos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>12.303.304</b>	<b>12.226.365</b>	-	-

<sup>1</sup> Créditos a receber da Mercedes-Benz do Brasil Ltda. referente à venda de Crédito de Prejuízo Fiscal, homologada pela Receita Federal do Brasil em 2019. O montante de R\$ 33.924 foi pactuado de maneira onerosa, sendo corrigida mensalmente por indicadores econômicos.

#### b. Composição da carteira por indexadores

	2020		2019	
	Carteira	Distribuição	Carteira	Distribuição
Prefixado	10.750.402	84%	10.156.049	80%
Pós-fixado	2.075.179	16%	2.477.096	20%
<b>Total</b>	<b>12.825.581</b>	<b>100%</b>	<b>12.633.145</b>	<b>100%</b>

#### c. Conciliação da carteira bruta segregada por estágios

	2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Sem atraso	10.534.210	1.259.408	552.861	12.346.479
Atraso até 30 dias	122.699	111.306	111.060	345.065
Atraso de 31 a 60 dias	-	36.083	7.997	44.080
Atraso de 61 a 90 dias	-	11.108	12.370	23.478
Atraso de 91 a 180 dias	-	-	24.752	24.752
Atraso superior a 180 dias	-	-	41.727	41.727
<b>Total de empréstimos e recebíveis</b>	<b>10.656.909</b>	<b>1.417.905</b>	<b>750.767</b>	<b>12.825.581</b>

	2019			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Sem atraso	11.413.184	301.517	389.194	12.103.895
Atraso até 30 dias	126.456	44.107	155.016	325.579
Atraso de 31 a 60 dias	-	113.518	13.622	127.140
Atraso de 61 a 90 dias	-	14.540	1.995	16.335
Atraso de 91 a 180 dias	-	-	25.777	25.777
Atraso superior a 180 dias	-	-	34.419	34.419
<b>Total de empréstimos e recebíveis</b>	<b>11.539.640</b>	<b>473.682</b>	<b>619.823</b>	<b>12.633.145</b>

#### d. Provisão para perda esperada

O quadro abaixo apresenta a movimentação da provisão para perdas com redução ao valor recuperável em empréstimos e recebíveis.

	2020			2019				
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>76.521</b>	<b>24.798</b>	<b>331.056</b>	<b>432.375</b>	-	-	-	-
Adições/Reversões	(4.330)	(31.789)	46.776	10.657	-	-	-	-
Baixados para								

# Daimler Mobility Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Starexport Trading S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

### 21. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Instrumento	Contraparte	Indexador	Remuneração	Valor da operação		Custo atualizado	
				2020	2019	2020	2019
FINAME	BNDES	Pós-fixado	de 3,12% a.a. até 5,51% a.a. + TLP	1.047.648	986.793	1.165.279	1.086.423
			de 6,29% a.a. até 9,60% a.a. + TJLP	387.785	700.146	508.039	869.085
			de 1,78% a.a. até 16,64% a.a. + TJLP + SELIC	107.465	180.247	149.393	236.016
REFROTA	CEF	Prefixado	de 6,76% a.a. até 9,26% a.a. + TLP + SELIC	49.028	66.979	56.802	73.533
			de 0,00% a.a. até 19,79% a.a.	425.473	454.148	485.141	559.635
			de 6,60% a.a. até 7,38% a.a. + TR	216.068	215.855	244.118	231.647
<b>Total de obrigações por empréstimos e repasses</b>				<b>2.233.467</b>	<b>2.604.168</b>	<b>2.608.772</b>	<b>3.056.339</b>

Vencimentos	1 a 90 dias		91 a 360 dias		Acima de 360 dias		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
FINAME	294.897	758.982	–	–	1.310.775	2.364.654	2.824.692	–
REFROTA	21.606	59.724	–	–	162.788	244.118	231.647	–
<b>Total</b>	<b>316.503</b>	<b>818.706</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.473.563</b>	<b>2.608.772</b>	<b>3.056.339</b>	<b>–</b>

22. TÍTULOS DE DÍVIDAS EMITIDOS  
São obrigações por emissão de letras financeiras, com prazo mínimo de vencimento de 24 meses com taxa média de juros pós-fixada de 102,75% a 103,0% do DI. Os títulos estão registrados na B<sup>3</sup> S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Instrumento	Contraparte	Indexador	Remuneração	Valor da operação		Custo atualizado	
				2020	2019	2020	2019
Letras financeiras	Inst. Financeira	Pós-fixado	103% do CDI	–	300.000	–	320.082
			1,25% a.a. + CDI	304.000	–	305.016	–
			2,00% a.a. + CDI	150.000	–	153.070	–
			5,7% a.a. até 6,58% a.a.	336.000	–	344.414	–
Letras financeiras com garantia especial	Banco Central	Pós-fixado	0,6% a.a. + CDI	2.060.000	–	2.081.027	–
<b>Total títulos de dívidas emitidos</b>				<b>2.850.000</b>	<b>300.000</b>	<b>2.883.527</b>	<b>320.082</b>

### 23. PROVISÕES

#### a. Composição das provisões

O Grupo Financeiro Mercedes-Benz, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência passada referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	Individuais			
	2020		2019	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
<b>Outras</b>	–	–	148	–
<b>Fiscais</b>	<b>2.225</b>	<b>5.123</b>	<b>3.228</b>	<b>5.224</b>
<b>Federais</b>	<b>2.225</b>	<b>5.123</b>	<b>3.228</b>	<b>5.224</b>
CSLL	917	3.493	1.823	3.493
PIS	1.308	1.630	1.405	1.731
<b>Total de provisões de contingências</b>	<b>2.225</b>	<b>5.123</b>	<b>3.376</b>	<b>5.224</b>

  

	Consolidado			
	2020		2019	
	Provisões	Depósitos	Provisões	Depósitos
<b>Trabalhistas<sup>1</sup></b>	<b>43.766</b>	<b>838</b>	<b>46.325</b>	<b>1.785</b>
<b>Cíveis<sup>2</sup></b>	<b>30.376</b>	<b>4.637</b>	<b>46.087</b>	<b>6.549</b>
<b>Outras</b>	–	–	240	92
<b>Fiscais<sup>3</sup></b>	<b>190.288</b>	<b>181.735</b>	<b>189.648</b>	<b>178.879</b>
<b>Federais</b>	<b>178.788</b>	<b>181.735</b>	<b>176.810</b>	<b>178.856</b>
COFINS	151.883	151.883	149.318	149.318
PIS	25.988	26.310	25.669	25.996
INSS	–	49	–	49
CSLL	917	3.493	1.823	3.493
<b>Municipais</b>	<b>11.500</b>	–	<b>12.838</b>	<b>23</b>
ISS	11.500	–	12.838	23
<b>Total de provisões de contingências</b>	<b>264.430</b>	<b>187.210</b>	<b>282.300</b>	<b>187.305</b>

<sup>1</sup> Referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório por dano material e/ou moral e revisionais a questionamentos dos clientes nas cláusulas contratuais das operações de crédito e multas e IPVA não pagos.

<sup>2</sup> Referem-se à provisão para processos movidos, em sua grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve substancialmente indenizações, horas extras, adicional de função, equiparação salarial bem como seus reflexos.

<sup>3</sup> Referem-se, a provisão com: a) PIS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços, b) COFINS sobre as receitas não decorrentes da prestação de serviços.

#### b. Movimentação das provisões

	Individuais				
	2020				
	Saldo inicial	Atualização	Reversão	Realização	Saldo final
<b>Outras</b>	148	–	–	(148)	–
<b>Fiscais - federais</b>	<b>3.228</b>	<b>26</b>	<b>(115)</b>	<b>(914)</b>	<b>2.225</b>
CSLL	1.823	8	–	(914)	917
PIS	1.405	18	(115)	–	1.308
<b>Total</b>	<b>3.376</b>	<b>26</b>	<b>(115)</b>	<b>(1.062)</b>	<b>2.225</b>

  

	2019				
	Saldo inicial	Atualização	Reversão	Realização	Saldo final
<b>Outras</b>	1.994	148	–	(1.994)	148
<b>Fiscais - federais</b>	<b>2.440</b>	<b>900</b>	<b>(75)</b>	<b>(37)</b>	<b>3.228</b>
CSLL	1.860	–	–	(37)	1.823
PIS	580	900	(75)	–	1.405
<b>Total</b>	<b>4.434</b>	<b>1.048</b>	<b>(75)</b>	<b>(2.031)</b>	<b>3.376</b>

	Consolidado					
	2020					
	Saldo inicial	Atualização	Constituição	Reversão	Realização	Saldo final
<b>Trabalhistas</b>	46.325	5.268	5.571	(6.790)	(6.608)	43.766
<b>Cíveis</b>	46.087	796	2.533	(16.551)	(2.489)	30.376
<b>Outras</b>	92	–	–	–	(92)	–
<b>Fiscais</b>	<b>189.648</b>	<b>2.999</b>	<b>3.150</b>	<b>(4.475)</b>	<b>(1.034)</b>	<b>190.288</b>
<b>Federais</b>	<b>176.810</b>	<b>2.999</b>	<b>13</b>	–	<b>(1.034)</b>	<b>178.788</b>
COFINS	149.318	2.565	–	–	–	151.883
PIS	25.669	434	–	–	(115)	25.988
CSLL	1.823	–	13	–	(919)	917
<b>Municipais</b>	<b>12.838</b>	–	<b>3.137</b>	<b>(4.475)</b>	–	<b>11.500</b>
ISS	12.838	–	3.137	(4.475)	–	11.500
<b>Total</b>	<b>282.152</b>	<b>9.063</b>	<b>11.254</b>	<b>(27.816)</b>	<b>(10.223)</b>	<b>264.430</b>

  

	2019					
	Saldo inicial	Atualização	Constituição	Reversão	Realização	Saldo final
<b>Trabalhistas</b>	47.590	5.628	15.510	(10.044)	(12.359)	46.325
<b>Cíveis</b>	45.437	1.731	6.668	(3.045)	(4.704)	46.087
<b>Outras</b>	92	–	148	–	–	240
<b>Fiscais</b>	<b>170.241</b>	<b>6.912</b>	<b>12.838</b>	<b>(75)</b>	<b>(268)</b>	<b>189.648</b>
<b>Federais</b>	<b>170.241</b>	<b>6.912</b>	–	(75)	(268)	176.810
COFINS	144.147	5.171	–	–	–	149.318
PIS	24.003	1.741	–	(75)	–	25.669
CSLL	1.860	–	–	–	(37)	1.823
INSS	–	–	–	–	–	–
Expatriados	231	–	–	–	(231)	–
<b>Municipais</b>	–	–	<b>12.838</b>	–	–	<b>12.838</b>
ISS	–	–	12.838	–	–	12.838
<b>Total</b>	<b>263.360</b>	<b>14.271</b>	<b>35.164</b>	<b>(13.164)</b>	<b>(17.331)</b>	<b>282.300</b>

#### c. Contingências ativas e passivas não provisionadas

As contingências passivas relevantes avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de riscos possíveis, não reconhecidas contabilmente estão apresentadas abaixo:

	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
Cíveis <sup>1</sup>	–	–	1.453	1.587
Litígios fiscais e tributários <sup>2</sup>	57.418	53.375	69.095	69.958
Trabalhistas <sup>3</sup>	–	–	479	479
<b>Total</b>	<b>57.418</b>	<b>53.375</b>	<b>71.027</b>	<b>72.024</b>

<sup>1</sup> Referem-se a ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito, no montante de R\$ 1.453 (2019 - R\$ 1.587).

<sup>2</sup> Referem-se, basicamente a questões tributárias envolvendo Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$ 23.451 (2019 - R\$ 25.270); autos de infração da Receita Federal, referente à desmutualização das ações CETIP referente ao ano de 2008 no montante de R\$ 1.791 (2019 - R\$ 1.716); PIS e COFINS devidos entre dezembro de 2001 e fevereiro de 2004, cujo recolhimento foi declarado como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal no valor de R\$ 18.691 (2019 - R\$ 18.335); e compensação de IOf pago em virtude do cumprimento da Lei nº 8.033/90 que posteriormente foi julgada inconstitucional, por não se tratar de imposto sobre efetivas operações, mas sim sobre o patrimônio da companhia, no montante de R\$ 25.162 (2019 - R\$ 24.637).

<sup>3</sup> Referem-se à provisão para processos movidos, em sua grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve substancialmente indenizações, horas extras, adicional de função, equiparação salarial bem como seus reflexos, no montante de R\$ 479 (2019 - R\$ 479).

#### 24. OUTROS PASSIVOS

	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para despesas de pessoal	–	–	32.000	40.380
Outras despesas administrativas	1.498	1.638	17.571	26.844
Cobrança a processar	–	–	38.810	14.612
Outros passivos	218	–	29.113	31.544
<b>Total</b>	<b>1.716</b>	<b>1.638</b>	<b>117.494</b>	<b>113.380</b>

#### 25. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

##### a. Conciliação da despesa total de impostos

A conciliação entre a despesa de imposto e o lucro contábil apurado pela alíquota de imposto para o exercício findo em 31 de dezembro é a seguinte:

	Valor da operação		Custo atualizado	
	2020	2019	2020	2019
<i>Instituições financeiras</i>	–	–	249.455	359.770
<i>Instituições não financeiras</i>	196.277	329.120	33.525	42.326
<i>Ajustes de IFRS</i>	–	–	33.911	9.986
<b>Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>196.277</b>	<b>329.120</b>	<b>316.891</b>	<b>412.082</b>
<i>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente</i>	–	–	(113.346)	(147.902)
<i>Contribuição social à alíquota 5%</i>	–	–	(12.473)	–
<i>Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9% respectivamente</i>	(66.734)	(111.901)	(10.851)	(14.391)
<b>Encargo total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(66.734)</b>	<b>(111.901)</b>	<b>(136.670)</b>	<b>(162.293)</b>
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>				
Adições temporárias e definitivas	(7)	(1.210)	(164.574)	(130.993)
Exclusões temporárias e definitivas	66.465	107.774	136.934	154.805
PAT, vale cultura e adicional do IR	24	24	238	1.005
Compensação/constituição de prejuízo fiscal e base negativa	–	–	1.682	759
Baixa imposto na fonte 2018	–	–	–	(28)
Baixa imposto na fonte 2019	–	–	(5)	–
Efeito da não tributação da receita de comissão - Presumido	–	–	11.136	–
Efeito da não tributação do total de despesas - Presumido	–	–	(6.194)	–
Efeito da base negativa de C.S. e prejuízo fiscal do imposto de renda	–	–	(205)	–
Efeito registro contábil da tese do PAT em dobro	–	–	2.452	–
Efeito contribuição social - Base de janeiro e fevereiro tributada a 15%	–	–	2.699	–
<b>Imposto de renda e contribuição social corrente do exercício</b>	<b>(252)</b>	<b>(5.313)</b>	<b>(155.133)</b>	<b>(137.458)</b>
Exclusões temporárias	(273)	264	42.153	19.722
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes de IFRS	–	–	(15.260)	(4.495)
Superveniência/insuficiência de depreciação	–	–	2.626	713
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social <sup>1</sup>	–	–	4.475	33.507
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido do exercício</b>	<b>(273)</b>	<b>264</b>	<b>33.994</b>	<b>49.447</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social total do exercício</b>	<b>(525)</b>	<b>(5.049)</b>	<b>(121.139)</b>	<b>(88.011)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>195.752</b>	<b>324.071</b>	<b>195.752</b>	<b>324.071</b>

<sup>1</sup> Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, com realização a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%. Essa alteração gerou um impacto de R\$ 38.400 no exercício de 2019 nos créditos tributários calculados pelas expectativas de realização.

#### b. Composição de impostos e contribuições a compensar

	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
Antecipações de impostos e contribuições a compensar	266	201	37.519	39.921
Impostos e contribuições a restituir de exercícios anteriores	–	–	9.730	21.004
Impostos e contribuições a compensar de exercícios anteriores	1.211	1.033	6.729	3.755
Imposto de renda retido na fonte	133	146	1.116	1.189
<b>Total</b>	<b>1.610</b>	<b>1.380</b>	<b>55.094</b>	<b>65.869</b>

#### c. Composição de obrigações com impostos e contribuições

	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	253	5.313	153.267	137.650
Impostos e contribuições a recolher sobre salários	–	–	2.496	2.857
Impostos e contribuições a recolher sobre serviços de terceiros	–	–	133	117
Outros impostos e contribuições a recolher	1	5	3.558	6.436
<b>Total</b>	<b>254</b>	<b>5.318</b>	<b>159.454</b>	<b>147.060</b>

#### d. Origem e natureza dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ	499	180	700	252
CSLL	752	271	752	271
<b>Total</b>	<b>1.251</b>	<b>451</b>	<b>1.452</b>	<b>523</b>
<b>Total ativo tributário diferido</b>	<b>1.702</b>	<b>1.975</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

#### e. Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Individuais		Consolidadas	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para ações judiciais fiscais	952	5	(278)	679
Outras diferenças temporárias	1.023	–	–	1.023
<b>Total</b>	<b>1.975</b>	<b>5</b>	<b>(278)</b>	<b>1.702</b>
Provisão para ações judiciais fiscais	–	952	–	952
Outras diferenças temporárias	–	1.967	(944)	1.023
<b>Total</b>	<b>–</b>	<b>2.919</b>	<b>(944)</b>	<b>1.975</b>
<b>Total ativo tributário diferido</b>	<b>1.975</b>	<b>2.919</b>	<b>(944)</b>	<b>1.975</b>

#### f. Movimentação do passivo fiscal diferido

	Individuais		Consolidadas	
	2020			

# Daimler Mobility Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Starexport Trading S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

As principais rubricas relacionadas aos dados contábeis constantes do balanço patrimonial e demonstração do resultado estão demonstradas a seguir:

	2020			2019		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro	11.005.076	1.820.505	<b>12.825.581</b>	9.826.380	2.806.765	<b>12.633.145</b>
(-) Provisão para perda esperada	(448.143)	(74.134)	<b>(522.277)</b>	(316.404)	(90.376)	<b>(406.780)</b>
<b>Total líquido de operações de crédito e arrendamento</b>	<b>10.556.933</b>	<b>1.746.371</b>	<b>12.303.304</b>	<b>9.509.976</b>	<b>2.716.389</b>	<b>12.226.365</b>
<b>Resultado</b>						
Receita com juros e similares	1.130.263	125.311	<b>1.255.574</b>	1.002.838	211.219	<b>1.214.057</b>
Outras receitas de juros	11.269	1.249	<b>12.518</b>	4.098	863	<b>4.961</b>
Despesas com juros e similares	(562.553)	(93.060)	<b>(655.613)</b>	(497.771)	(142.182)	<b>(639.953)</b>
<b>Resultado líquido de juros e similares</b>	<b>578.979</b>	<b>33.500</b>	<b>612.479</b>	<b>509.165</b>	<b>69.900</b>	<b>579.065</b>
Resultado líquido de comissões	–	42.906	<b>42.906</b>	–	40.038	<b>40.038</b>
Perdas por <i>impairment</i> de ativos financeiros, líquidas de recuperações	(105.246)	(33.305)	<b>(138.551)</b>	16.875	5.339	<b>22.214</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>302.854</b>	<b>14.037</b>	<b>316.891</b>	<b>376.568</b>	<b>35.514</b>	<b>412.082</b>

Na determinação de algumas rubricas como o lucro operacional, determinados componentes como despesas gerais e administrativas são alocados em cada segmento através de rateios, em função, substancialmente do portfólio dos dois segmentos.

### 29. GESTÃO DE RISCOS

#### Introdução

Conforme a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, o Conglomerado utiliza uma estrutura integrada e contínua para o gerenciamento de riscos.

Para medir, monitorar e mitigar a exposição aos diversos fatores de riscos, o Conglomerado implantou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações, cujo processo de gestão envolve a análise da evolução de sua carteira de crédito e outras atividades que a sirvam como suporte.

#### Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Riscos está orientada pela regulamentação local e pelas políticas distribuídas por sua Matriz que definem os requerimentos e padrões mínimos para realizações de suas operações dentro do Grupo Daimler.

A fim de realizar a gestão de seus fatores de riscos, o Conglomerado segmentou os riscos conforme segue:

#### a. Risco de Crédito

Configura-se pelo risco de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações da contraparte; a desvalorização dos ganhos esperados do instrumento financeiro devido à deterioração creditícia de qualquer parte envolvida; a deterioração resultante de reestruturação do instrumento financeiro; ou devido a custos envolvidos na recuperação dos ativos envolvidos.

#### Metodologia

A metodologia para medição, monitoramento e mitigação dos riscos de crédito inclui:

- Análises de crédito baseadas em ferramentas estatística/julgamental utilizadas de acordo com o tamanho de crédito e monitoradas para confirmação de seu poder preditivo;
- Estabelecimento de limites para a realização de operações de crédito;
- Sistemas para avaliação constante da evolução da carteira de crédito, tanto em nível individual quanto integrado das operações, sob diversas óticas de integração;
- Procedimentos para recuperações de crédito; e
- Compatibilização do nível de provisionamento e do risco de crédito assumido, e adequação aos níveis de Patrimônio de Referência exigidos pela regulamentação;
- Testes de estresse para medições de efeitos nos principais indicadores de desempenho da instituição sob condições extremas de mercado; e
- Emissão de relatórios gerenciais periódicos aos diversos níveis de gestão acerca das operações expostas ao risco de crédito.

#### Papéis e responsabilidades

A governança do Gerenciamento do Risco de Crédito é efetuada pelo departamento de Gerenciamento de Riscos sob a supervisão da Diretoria da instituição, que zela pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

**Diretoria** - Responsável em acompanhar os resultados das atividades de gerenciamento do risco de crédito do Conglomerado Financeiro Mercedes-Benz do Brasil sempre visando o aprimoramento do ambiente de controles e sua devida mitigação. É também responsável pela aprovação e implantação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, incluindo as políticas, processos e procedimentos, mantendo uma forte cultura de controle dos indicadores de desempenho do ciclo de crédito.

**Gerenciamento de Riscos** - Responsável pelo monitoramento do risco de crédito, através da normatização dos métodos e geração de relatórios para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco de crédito e sua respectiva divulgação aos devidos níveis de gestão. Também responsável pela medição do nível de provisionamento da carteira para cobertura do risco da empresa.

#### Segregação de função

As funções de vendas e crédito são segregadas, assegurando duas óticas independentes no processo de gerência de risco e decisão de crédito. A área de negócios é responsável pela aquisição de novos negócios, enquanto que a área de crédito avalia o risco da solicitação de crédito feita pela área de vendas.

#### Políticas, estratégias e mensuração

As políticas relacionadas ao processo de concessão do crédito e cobrança do Conglomerado estabelecem as regras definidas e aprovadas pela Matriz e abrangem os seguintes aspectos: informações cadastrais, capacidade de pagamento do cliente, tipo de produto, prazo da operação, percentual de entrada, tipo de garantia, modelos estatísticos, análise julgamental, ações de cobrança e indicadores.

#### Concessão e aprovação do crédito

Nenhum crédito deve ser concedido sob avaliação de um único aprovador. As operações de crédito devem ser aprovadas por pelo menos dois aprovadores, um dos quais deve, obrigatoriamente, pertencer à área de crédito.

Exceções a esta regra se aplicam apenas para créditos analisados pelo *retail*. As aprovações são baseadas no sistema de atribuição de pontos (*scoring*) ou aprovações manuais feitas pelo gerente de crédito ou analistas *retail*.

#### Exposição máxima ao risco de crédito

A exposição máxima ao risco de crédito, demonstrada abaixo, não considera garantias obtidas ou melhorias de crédito que não se qualificam para compensação.

	2020	2019
Disponibilidades	125.333	83.890
Aplicações em depósitos interfinanceiros	222.528	6.001
Operações de crédito e arrendamento mercantil	12.303.304	12.226.365
Títulos e valores mobiliários	190.944	61.131
<b>Total</b>	<b>12.842.109</b>	<b>12.377.387</b>

#### Concentrações

O quadro abaixo demonstra a concentração da carteira de crédito por setor econômico:

	2020	2019
Outros serviços	8.983.390	8.105.872
Comércio	2.607.176	3.446.885
Indústria	231.789	237.362
Pessoas físicas	480.949	436.246
<b>Total</b>	<b>12.303.304</b>	<b>12.226.365</b>

O quadro abaixo demonstra a exposição dos 10 maiores clientes:

	2020	2019
Exposição	1.811.177	2.698.892
% sobre a carteira total	14,72%	22,07%

#### Execução de bens em garantias

O Departamento Jurídico do Conglomerado é a área responsável pela abertura e administração da ação de busca e apreensão dos bens atrelados às operações de crédito em atraso, acionando legalmente os inadimplentes para liquidação dos valores devidos através da retomada e venda dos bens, em leilão público ou venda direta para a rede de concessionários e compradores.

Durante o exercício de 2020 os bens retomados pelo Conglomerado atingiram o montante de R\$ 47.162 (2019 - R\$ 40.331).

O quadro a seguir apresenta o valor contábil dos ativos financeiros cujos termos foram renegociados.

	2020	2019
Operações de crédito e arrendamento mercantil	6.870.956	394.940
<b>Total</b>	<b>6.870.956</b>	<b>394.940</b>

#### b. Risco de liquidez

Configura-se pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O processo de gerenciamento do risco de liquidez contempla o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez e do plano de contingência para situações de estresse. Este processo visa utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

#### Relatórios gerenciais e regulatórios

O Conglomerado adotou sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado.

Informações com a situação de exposição ao risco de liquidez e indicação de limites operacionais são geradas e analisadas pela área de gerenciamento de riscos, que os mantém em arquivo para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados através de políticas e procedimentos disponíveis a todos os níveis da instituição.

#### Relatório diário de fluxo de caixa

Este relatório tem por objetivo a mensuração da evolução do saldo de liquidez no próximo período de 90 dias. O relatório é composto da expectativa de entradas e saídas de caixa para o período, indicando em quais momentos do período há iminente risco de flutuação de liquidez abaixo do nível de segurança estipulado.

As variações dos valores projetados são acompanhadas diariamente pela Tesouraria e monitorados pela área de Riscos, mensalmente através de testes de aderência do fluxo projetado anteriormente e diariamente, através de recebimento do e-mail da tesouraria com a movimentação realizada.

Todas as ocorrências de liquidez abaixo do nível de segurança são informadas ao comitê na reunião seguinte ao fato.

#### Plano de contingências de liquidez

O Conglomerado deverá recorrer a seu plano de contingência caso venha a enfrentar algum tipo de problema de liquidez inesperado junto ao mercado financeiro brasileiro.

Depois de utilizadas todas as linhas de captação interbancárias disponíveis, o Conglomerado deverá iniciar o processo de emissão de Certificados de Depósitos Bancários ou Letras Financeiras a contrapartes já aprovadas pela Matriz tais como: *Assets*, Fundos de Pensão ou outros tipos de investidores qualificados, incluindo a Mercedes-Benz do Brasil Ltda.

Assim que o plano de contingência de liquidez for acionado, a Diretoria deverá se reunir para decidir sobre a continuidade de realização de novas operações de financiamento. Enquanto isso, o Conglomerado não deverá conceder nenhum novo empréstimo sem a aprovação do CFO ou preposto da diretoria financeira até que o nível de segurança estipulado retorne ao mínimo recomendado.

Caberá então à Diretoria da empresa verificar se as condições de mercado exigirão ações adicionais como solicitação de aporte de capital ou solicitação de empréstimos junto à Matriz ou empresa controladora no Brasil.

O plano de contingências será acionado somente após a decisão em ata do Comitê de Riscos.

#### Back-Testing

O objetivo do *Back-Testing* (testes de aderência) é testar a validade e robustez do modelo utilizado para estimar o risco de liquidez. Os testes visam rever procedimentos e limites para a adequação de fluxo de caixa, de acordo como os resultados obtidos. Os testes de aderência são realizados mensalmente através da comparação da movimentação realizada nos últimos 30 dias (mês anterior) em relação à movimentação projetada para o mesmo período.

#### Papéis e responsabilidades

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez possui uma estrutura compatível com a natureza de suas operações e tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição aos riscos.

O Conglomerado definiu uma estrutura para gerenciamento de risco de liquidez centralizada e independente que se reporta diretamente ao Comitê de Risco de Liquidez que é composto por:

- Membros votantes:
- Diretor Presidente
- CFO

Membros de apoio:

- Gestor de Gerenciamento de Riscos
- Gestor de Tesouraria
- Gestor da mesa de operações da Mercedes-Benz do Brasil

O comitê reúne-se semestralmente de forma ordinária, sendo convocado para reuniões extraordinárias sempre que o acompanhamento diário do mercado indicar tendência de aumento da exposição a perdas

As reuniões estão baseadas em políticas e procedimentos aprovados pelo Comitê, que abrangem os seguintes tópicos

- Diretrizes organizacionais
- Metodologias
- Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição
- Limites operacionais
- Relatórios gerenciais e regulatórios

#### Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em Comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada pela área de Gerenciamento de Riscos.

#### Diretrizes organizacionais

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez está alinhada com as diretrizes da Daimler Mobility AG, com o Conselho Monetário Nacional e às regulamentações do Banco Central do Brasil.

O quadro a seguir mostra os passivos financeiros agrupados com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual.

	2020			
	Até 90 dias	Entre 91 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos	1.706.911	1.239.860	2.425.623	5.372.394
Títulos de dívidas emitidos	–	2.081.027	802.500	2.883.527
Obrigações por empréstimos e repasses	316.503	818.705	1.473.564	2.608.772
Instrumentos financeiros derivativos	3.771	7.011	17.375	28.157
<b>Total</b>	<b>2.027.185</b>	<b>4.146.603</b>	<b>4.719.062</b>	<b>10.892.850</b>
	2019			
Depósitos	1.424.642	3.366.799	2.341.082	7.132.523
Títulos de dívidas emitidos	–	320.082	–	320.082
Obrigações por empréstimos e repasses	361.474	943.230	1.751.635	3.056.339
Instrumentos financeiros derivativos	–	3.996	–	3.996
<b>Total</b>	<b>1.786.116</b>	<b>4.634.107</b>	<b>4.092.717</b>	<b>10.512.940</b>

#### c. Risco de mercado e IRRBB

Configura-se pela possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*) detidas por instituição financeira. Conforme a estratégia estipulada, o Conglomerado não possui e não tem a intenção de possuir instrumentos voltados a arbitragem. Portanto, a exposição ao risco de mercado é esperada que seja nula e com baixíssima relevância.

O IRRBB (*"Interest Rate Risk on Banking Book"*) é tratado concomitante ao risco de mercado. Define-se como: o risco, atual ou prospectivo, do impacto de choques adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Dado, que todas as operações de crédito, como as de suporte, do Conglomerado são voltadas a carteira *banking*, o IRRBB é um risco considerado relevante para Conglomerado e é tratado de forma extensiva.

#### Papéis e responsabilidades

O Conglomerado busca gerenciar a exposição ao risco de mercado abrangendo os principais aspectos que afetam o desempenho de seus ativos financeiros. Com o objetivo de medir, monitorar e controlar a exposição aos riscos de mercado e IRRBB, a instituição implementou estrutura de tamanho compatível com a natureza de suas operações. Esta estrutura se reporta diretamente ao Comitê de Risco de Mercado e Liquidez que é composto por:

- Membros votantes:
- Diretor Presidente
- CFO

Membros de apoio:

- Gestor de Gerenciamento de Riscos
- Gestor de Tesouraria
- Gestor da mesa de operações da Mercedes-Benz do Brasil

O Comitê reúne-se semestralmente de forma ordinária, sendo convocado para reuniões extraordinárias sempre que o acompanhamento diário do mercado indicar tendência de aumento da exposição a perdas.

As reuniões estão baseadas em políticas e procedimentos aprovados pelo Comitê, que abrangem os seguintes tópicos:

- Diretrizes organizacionais;
- Metodologias;
- Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição;
- Limites operacionais;
- Relatórios gerenciais e regulatórios.

Sendo que a estrutura de Gerenciamento de Riscos de Mercado e IRRBB está alinhada com as diretrizes da Daimler Mobility AG, com o Conselho Monetário Nacional e às regulamentações do Banco Central do Brasil.

#### Modelos para medição, monitoramento e controle de exposição

O Conglomerado adota sistemas, metodologias e modelos baseados nas melhores práticas de mercado, que são testados periodicamente quanto à sua eficácia na identificação de exposição ao risco de mercado.

Relatórios com situação de exposição ao risco de mercado e indicação de limites operacionais a serem observados são diariamente gerados e analisados pela área de gerenciamento de riscos.

Os procedimentos para medição, monitoramento e controle de exposição e reporte está claramente documentado através de política e procedimento e encontram-se disponíveis a todos os níveis da instituição para consulta através do sistema interno de divulgação de políticas.

#### Risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB)

A metodologia utilizada para o acompanhamento contínuo utilizada pelo Banco é o delta EVE e delta NII de acordo com Circular 3.876/18 do Banco Central do Brasil.

Favorável/(desfavorável)

	2020	
	Cenário Base	Cenário de Estresse
EVE - <i>Economic Value of Equity</i>	3.043.060	(263.325)
NII - <i>Net Interest Income</i>	3.129.924	144.165

#### Análise da sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto isolado da mudança de cada fator de risco ao resultado e é uma ferramenta complementar as demais análises do Conglomerado.

O Conglomerado adota a análise de sensibilidade para sua única carteira, *banking*, e aos seus principais fatores de risco: Prefixado e Cupom de Inflação.

O quadro a seguir demonstra a análise realizada para a data-base de fechamento do dia 31 de dezembro de 2020 para a carteira *banking*:

	2020		
	Cenário Base	I	II
Prefixado	3.035.981	(263.185)	(323.028)
Cupom de inflação	7.079	(140)	(174)
<b>Total</b>	<b>3.043.060</b>	<b>(263.325)</b>	<b>(323.339)</b>

#### Limites operacionais

Os limites operacionais são aprovados em Comitê e são periodicamente revistos pela área de Gerenciamento de Riscos. Testes regulares de estresse de carteira são realizados com o objetivo de estimar o impacto gerado por eventuais volatilidades do sistema financeiro. Estes limites têm por finalidade permitir à Tesouraria uma atuação transparente, independente e contínua, sendo esta monitorada diariamente pela área de Gerenciamento de Riscos.

#### Relatórios gerenciais regulatórios

Os dados gerados para adequada medição, monitoramento e controle de exposição ao risco de mercado são usados na geração de relatórios gerenciais e regulatórios, e arquivados para referência futura.

Os procedimentos para execução e distribuição dos relatórios estão claramente documentados e disponíveis a todos os níveis da instituição.

#### d. Risco operacional

A definição de risco operacional adotada pelo Conglomerado é a seguinte:

"Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico, de imagem e o de reputação."

Em conjunto com esta definição, o Conglomerado utiliza as seguintes categorias para classificação dos riscos operacionais:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Relações trabalhistas;
- Processos;
- Danos a ativos;
- Práticas comerciais;
- Interrupção de negócios/falhas em sistemas; e
- Legal.

#### Estrutura organizacional e metodologia

Na estrutura organizacional atual, as atividades de gerenciamento de risco operacional estão sob responsabilidade da área de Gerenciamento de Riscos, subordinada à Diretoria Financeira, e com linha de reporte para o Comitê de Risco Operacional.

O Diretor Presidente foi definido como o responsável por assuntos relacionados ao gerenciamento do risco operacional perante o Banco Central do Brasil.

As áreas de negócio, através de seus gestores e dos representantes de risco operacional, gerenciam constantemente este risco. A governança do risco operacional é efetuada pelo departamento de Gerenciamento de Riscos, com a supervisão do Comitê de Risco Operacional, que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada, sempre zelando pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos da instituição.

A seguir encontre o detalhamento das atribuições e responsabilidades dos envolvidos no processo:

#### Comitê de Risco Operacional

O Conglomerado constituiu, dentro de sua estrutura de gerenciamento de riscos, um Comitê específico para tratar os assuntos relacionados ao risco operacional. Este Comitê é composto da seguinte forma:

- Membros votantes:
- Diretor Presidente
- Diretor Financeiro
- Diretor de Crédito
- Diretor de Operações
- Diretor Comercial

#### Gerenciamento de Riscos

Sua principal função é suprir a alta Administração com informações gerenciais que possibilitem a adequada gestão dos riscos da empresa, criando um ambiente de transparência em relação aos níveis de exposição relacionados aos riscos identificados. Os processos de gerenciamento de risco operacional, especificados pela área de Gerenciamento de Riscos, serão localmente aplicados pelos gestores/representantes de risco operacional de cada área.

#### Gestores das áreas de negócios e Representantes de Risco Operacional

Na estrutura definida pelo Conglomerado para realizar a gestão do risco operacional, os gestores se enquadram como principais responsáveis por administrar permanentemente o risco operacional em seus processos.

Visando maior abrangência e maior proximidade das atividades operacionais, parte da responsabilidade dos gestores poderá ser delegada a um representante de Risco Operacional de seu departamento.

#### Controles Internos

As atividades de Controles Internos são executadas de forma independente e segregada da área de risco operacional. As definições das funções exercidas por Controles Internos estão detalhadas em política específica.

#### Auditoria Interna

Efetua verificações independentes quanto à efetividade do gerenciamento dos riscos operacionais no Conglomerado.

A metodologia de avaliação qualitativa do risco operacional do Conglomerado é composta por cinco etapas:

#### Entendimento do processo

Esta etapa engloba, o entendimento dos processos de gestão, de negócios e de suporte do Conglomerado, identificando qual gestor é o dono do processo e a quem cabe a responsabilidade pelos devidos controles, ou seja, o responsável pelos riscos e controles identificados no processo.

#### Identificação de riscos e controles

Após entendido o processo, a segunda fase busca a identificação de possíveis problemas e deficiências, ou seja, o entendimento sobre "o que pode dar errado" dentro do processo analisado. A análise de riscos envolve identificar as fontes de risco, seu impacto e a vulnerabilidade associada a sua ocorrência.

#### Sugestões de novos controles e planos de ação

Nesta etapa são elaborados os planos de ação como resposta ao risco para todos os controles que, na etapa de avaliação, foram classificados com grau de confiança insuficiente.

#### Testes de controles

Esta fase integra as áreas de Riscos e Controles Internos, sendo a última responsável pela condução de testes periódicos junto às áreas de negócios.

#### Monitoramento

Esta fase consiste na realização de atividades periódicas de acompanhamento e comunicação dos níveis de risco assumidos por todas as áreas do Conglomerado, aos participantes das atividades de gerenciamento de riscos operacionais. Trata-se de um processo contínuo e comum a cada uma das etapas anteriores.

# Daimler Mobility Brasil Holding S.A.

(nova denominação da Starexport Trading S.A.)

CNPJ nº 54.646.419/0001-44

☆ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

- Aderiu a MP nº 927 e a MP nº 936, que previam principalmente:
  - Flexibilização das férias dos colaboradores;
  - Teletrabalho; e
  - Redução da jornada de trabalho sem prejuízo ao colaborador.
- Seguindo orientações do Banco Central e da Matriz, o Conglomerado implementou política temporária com iniciativas concretas para apoiar seus clientes que sofrem de problemas de liquidez em decorrência da Pandemia. Essas ações resultaram até 31 de dezembro de 2020 em R\$ 6.870.956 em aditivos contratuais, representando somente postergações na liquidação das operações e não efetiva deterioração do crédito;
- Visando garantir a demanda de seus clientes e de acordo com a Resolução nº 4.795/20, o Conglomerado captou o montante de R\$ 2.060.000 em Letras Financeiras com o

Banco Central do Brasil, além de R\$ 804.400 na forma de Depósitos a Prazo com Garantia Especial de acordo com a Resolução nº 4.222/12; e

- Conforme Circular Bacen SUP/ADIG nº 11/20 do BNDES, foi autorizado às instituições financeiras realizar renegociações emergências junto aos seus clientes que possuem operações de Finame. Essa ação resultou até 31 de dezembro de 2020 em R\$ 2.943.873 em renegociações.

Cabe destacar que o Conglomerado mantém suas atividades operacionais, mesmo com medidas adotadas para contenção da COVID-19, e continua acompanhando e avaliando os impactos identificados desta pandemia em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Financeiras.

### 32. EVENTO SUBSEQUENTE

A Medida Provisória nº 1.034/21 alterou a Lei nº 7.689/88 e a Lei Complementar nº 105/01 em seu Artigo 1º - Inciso I, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para bancos, de 20% para 25% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando a 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

Alterou também o Inciso VII, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de entidades de arrendamento mercantil, de 15% para 20% para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021, retornando a 15% a partir de 1º de janeiro de 2022.

A majoração afetará a Contribuição Social corrente no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021 e estamos reavaliando o estoque de crédito tributário que se realizará neste período para as empresas retro citadas.

## DIRETORIA

**CHRISTIAN HENDRIK SCHUELER**  
Diretor

**DIEGO FERNANDO MARIN**  
Diretor

**DIEGO JULIO NOVELLINO**  
Diretor

**MARCELO FESTUCIA**  
Diretor

**TATIANA YOKAYAMA E SILVA**  
Diretora

## CONTADOR

**RENATO HIDEO WATANABE**  
CRC 1SP 119899/O-8

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**Aos Diretores da  
Daimler Mobility Brasil Holding S.A.  
São Paulo - SP**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Daimler Mobility Brasil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como "individual" e "consolidado", respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Daimler Mobility Brasil Holding S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2021



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**Luciana Liberal Sâmia**  
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

[www.daimler.com](http://www.daimler.com)